

# A noção de Desenvolvimento Econômico e a relação entre a Política e a Economia.

Iderley Colombini Neto<sup>1</sup>

## Resumo

A maioria das interpretações sobre o desenvolvimento econômico recente, principalmente as atreladas ao *mainstream* ortodoxo (mas também presente em grande parte das abordagens heterodoxas), entendem o processo de desenvolvimento como oriundo basicamente das políticas governamentais. Enquanto nas abordagens ortodoxas o desenvolvimento estaria atrelado ao pleno amadurecimento das instituições, garantindo a prevalência do mercado, as análises com viés heterodoxo apontam para a necessidade de intervenção governamental mesmo com a soberania das instituições do mercado, pois a economia ainda estaria suscetível a problemas de demanda efetiva e de disputa com o mercado internacional. Essas concepções entendem o Estado como um ser autônomo, deslocado de um contexto geopolítico e isento de conflitos de classes ou disputas dos setores econômicos dominantes pelo poder estatal. Dessa forma essas noções de desenvolvimento não compreendem as complexidades das relações entre economia, política e sociedade, o que leva a um reducionismo da ciência econômica ao tratar o desenvolvimento. Nesse trabalho tenta-se mostrar uma abordagem alternativa entre economia e política, baseada na obra de Antonio Gramsci, tentando utilizar a perspectiva gramsciniana de Estado para compreender o desenvolvimento econômico dentro do capitalismo.

**Palavras-Chave:** Desenvolvimento, Economia Política, HPE, Gramsci.

## Abstract

Most interpretations of recent economic development, especially those linked to the mainstream Orthodox (but also present in most of the heterodox approaches), understand the process of development as derived from government policies. While in orthodox approaches the development would be linked to the full development of institutions, ensuring the prevalence of market, the heterodox analyzes point to the need for government intervention even with the sovereignty of the institutions of the market, because the economy would still be susceptible to problems of effective demand and dispute with the international market. These conceptions understand the state as an autonomous being, moved from a geopolitical context and devoid of class conflicts or disputes of dominant economic sectors by state power. Therefore these notions of development do not understand the complexities of the relationship between economics, politics and society, which leads to a reductionism of economic science to treat the development. For this reason this paper attempts to show an alternative approach between economics and politics, based on the work of Antonio Gramsci, one tries to use the Gramsci's perspective of the State to understand the economic development within capitalism.

**Key-words:** Development, Political Economy, History of Economic Thought, Gramsci.

**Área:** 1. Metodologia e História do Pensamento Econômico

**Sub-Área:** 1.1. Metodologia e Caminhos da Ciência

**Submetido às Sessões Ordinárias.**

---

<sup>1</sup> Mestrando do Programa de Pós-Graduação em Economia da Universidade Federal do Rio de Janeiro (PPGE/UFRJ). O autor agradece as sugestões de Danielle Pereira Araújo e do Professor Carlos Aguiar de Medeiros, porém sem responsabilizá-los por qualquer problema que possa ter aparecido no trabalho. E-mail: iderley\_colombini@hotmail.com

## Introdução

*“A pesquisa científica livre, no domínio da economia política, não enfrenta apenas adversários da natureza daqueles que se encontram também em outros domínios. A natureza peculiar da matéria que versa levanta contra ela as mais violentas, as mais mesquinhas e mais odiosas paixões, as fúrias do interesse privado.” – Marx (1867, p.6).*

A maioria das interpretações sobre o desenvolvimento econômico recente, principalmente as atreladas ao *mainstream* ortodoxo (mas também presente em grande parte das abordagens heterodoxas), entendem o processo de desenvolvimento como oriundo basicamente das políticas governamentais. Baseados no *nacionalismo metodológico*<sup>2</sup> apresentam o Estado como o grande determinante do sucesso econômico. As análises com um viés ortodoxo argumentam quanto à capacidade do Estado criar as instituições necessárias para a proliferação dos mecanismos de mercado, enquanto as análises heterodoxas analisam a estrutura de alocação dos gastos governamentais como ponto fundamental para buscar o crescimento e a diminuição do desemprego.

As análises ortodoxas sobre o desenvolvimento se concentraram na perspectiva institucionalistas (ou neo-institucionalistas), que veem o subdesenvolvimento como um fracasso do processo de busca por instituições corretas para o progresso. Sob essa perspectiva o desenvolvimento estaria atrelado ao pleno amadurecimento das instituições garantidoras da prevalência do mercado, já que o desenvolvimento seria alcançado pelo avanço das forças produtivas guiado pelo mercado. Em contrapartida, as análises com viés heterodoxo (de modo geral), apontam para a necessidade de intervenção estatal mesmo com a soberania das instituições do mercado, pois ainda existiriam problemas de demanda efetiva e de disputa com o mercado internacional. Por isso em modelos de desenvolvimento como os *keynesianos* (e de certa forma também os *neoricardianos*) o Estado teria o papel não só de suprir essas falhas alocativas como também de fomentar o mercado interno e de promover uma maior distribuição de renda (ou de consumo?). Entretanto, essas abordagens por partirem de uma perspectiva nacional metodológica não se perguntam por que esses Estados realizam ou não o que normativamente se considera que deva ser feito para alcançar o desenvolvimento. A ausência dessa pergunta se deve ao modo como eles entendem a relação entre o mercado e o Estado, tanto para os processos internos quanto internacionais.

As análises que partem de uma perspectiva *nacional metodológica* negligenciam o complexo papel desempenhado pelo estado na economia capitalista, ignorando as influências das próprias características econômicas e sociais do país nas instituições que regem o mercado. Por isso, acabam

---

<sup>2</sup> A noção de ‘nacionalismo metodológico’ será explorada com maiores detalhes no decorrer do capítulo. Um tratamento aprofundado do ‘nacionalismo metodológico’ pode ser visto em Medeiros (2010a, 2010b).

por compreender o estado como um ser autônomo (de forma semelhante ao ‘individualismo’ na abordagem neoclássica), que não possui conflitos de classes ou disputas dos setores econômicos dominantes pelo poder estatal. Uma das consequências desse tipo de abordagem é o não reconhecimento do Estado inserido em um sistema interestatal, que possui uma complexa dinâmica de poder atrelada às relações econômicas e políticas entre os Estados. A importância de conceber o Estado dentro de um panorama internacional não se refere somente aos aspectos mercantis, mas principalmente aos próprios desdobramentos da inserção do Estado em uma complexa relação geopolítica no sistema capitalista interestatal. Portanto, de maneira análoga a concepção de que o indivíduo não deve ser tratado de forma autonomizada no mercado, o Estado deve ser entendido tanto inserido em uma estrutura de classes internas quanto em um sistema interestatal.

Na próxima seção procura-se analisar de maneira sintética os clássicos da economia política, visando compreender de que maneira surgiu a ciência econômica e de que forma a noção de desenvolvimento é introduzida nessa ciência. Dentro dessa discussão busca-se questionar tanto as abordagens ortodoxas quanto heterodoxas sobre a relação entre economia e política, ou em outras palavras, mercado e poder. A forma de se entender a relação entre economia e política é essencial para as teorias desenvolvimentistas surgidas no século XX, que de certa maneira acompanharam tanto a evolução da teoria econômica quanto da economia real. A história das teorias do desenvolvimento constitui a seção seguinte, em que tenta-se apresentar alguns pontos das principais escolas do pensamento econômico que abordam a noção de desenvolvimento. Por fim, na última seção tenta-se mostrar uma abordagem alternativa entre economia e política, baseada na obra de Antonio Gramsci, tentando utilizar a perspectiva gramsciana de Estado para compreender o desenvolvimento econômico dentro do capitalismo. A intenção desse trabalho não é realizar um exercício de exegese das teorias abordadas, mas sim de estabelecer questionamentos e proposições que podem vir a auxiliar o entendimento da noção e da perspectiva de abordagem da ideia de desenvolvimento na economia capitalista.

### ***Um Recuo Histórico***

*“Realidade produz a Riqueza nas combinações mais bizarras. Cabe ao teórico desvendá-las a fim de descobrir uma nova prova da sua teoria, para ‘traduzir’ em linguagem teórica os elementos da vida histórica.” – Antonio Gramsci, Cadernos do Cárcere*

Antes de analisarmos mais detalhadamente como as principais teorias constroem em certa medida uma visão reducionista do desenvolvimento se torna necessário entender quais foram os determinantes históricos para esse processo. Atualmente tanto teorias consideradas ortodoxas quanto heterodoxas concebem a questão da possibilidade do desenvolvimento somente do ponto de vista da resolução dos impasses econômicos, sem levar em consideração as questões que envolvem

de certa forma a esfera política, como são os casos da luta de classes e das relações interestatais. Por isso o objetivo nessa seção é tentar apresentar brevemente como determinadas concepções de desenvolvimento se tornaram dominantes, para assim poder compreender quais são os seus limites e os propósitos dessas abordagens.

Uma conceituação reducionista de um conceito como desenvolvimento não ocorre por simples erro ou omissão de elementos, pelo contrário, se deve justamente a uma forma de compreensão do sistema capitalista construída historicamente e muitas vezes com um determinado propósito. Como indagou Immanuel Wallerstein<sup>3</sup> em seu livro *‘World System Analysis’*, grande parte das falácias ‘modernas’ se devem a maneira como compreendemos os fenômenos em blocos distintos, conferindo-lhes características que se devem muito mais a nossa forma de entendimento do que da própria realidade em si.

O surgimento da ideia de desenvolvimento econômico é normalmente atrelado as proposições clássicas de Adam Smith na Riqueza das Nações de 1776: *“Por que alguns países são tão ricos e outros tão pobres? Quais os fatores que explicam o sucesso dos primeiros e o atraso dos demais?”* A resposta de Smith para essas perguntas foi dada pela consideração da magnitude do excedente social das nações, o que em última instância corresponde a suas riquezas. Essa elaboração fica evidente na tradição da economia política clássica com um dos seus principais ‘fundadores’ William Petty, que abordava o desenvolvimento como um processo persistente de aumento da produtividade do trabalho social e consequente redução do trabalho penoso. (Medeiros, 2010b)

A economia política clássica entendia, portanto, o processo de acumulação de capital como base para o aumento da produtividade do trabalho e elevação do excedente social. Dessa tese central partiam as formulações dos principais expoentes da economia política clássica: Smith, Ricardo, Malthus e com suas devidas diferenciações Marx. Dada uma acumulação de capital inicial, Adam Smith analisava como que se desdobravam os processos econômicos de aumento da produtividade, de desenvolvimento da divisão do trabalho e consequentemente de desenvolvimento da indústria. As relações da acumulação de capital com as alterações na produtividade e na natureza podem ser vistas em Ricardo, que explorava também como esse processo dependia da circulação do excedente dentre os diferentes setores produtivos e as diferentes classes. Marx também partirá desse mesmo arcabouço teórico para construir sua análise sobre o impacto da acumulação de capital nas taxas de lucro, de salário e de emprego.

Todas essas *teorias clássicas*, apesar de distintas em seu enfoque<sup>4</sup>, possuíam a mesma noção

---

<sup>3</sup> *“Part of the problem is that we have studied this phenomena in separate boxes to which we have given special names – politics, economics, the social structure, culture – without seeing that these boxes are constructs more of our imagination than of reality. The phenomena dealt with in these separate boxes are so closely intermeshed that each presumes the other boxes.”* Immanuel Wallerstein – *‘World-System Analysis’*.

<sup>4</sup> A teoria de Marx evidentemente não deve ser tratada de forma descuidada dentro do grupo dos economistas

de existência de uma trajetória no processo de acumulação do capital no desenvolvimento das forças produtivas. Essa visão se deve principalmente a matriz teórica do iluminismo, que exerce grande influência nas análises de todos esses autores (inclusive Marx), o que lhes confere um forte sentido de progresso em suas análises.

A forma pela qual esse progresso seria alcançado, entretanto, divergiria entre esses autores. Enquanto para Ricardo e Smith estaria na característica de certa forma *homogeneizadora* do mercado, em Marx estaria no caráter universalista do processo de valorização do capital. Ricardo defendia que os bens necessários a reprodução material poderiam ser encontrados no mercado internacional, ou seja, mesmo que não fossem produzidos internamente seriam alcançados no mercado internacional. Dessa capacidade de intercâmbio das riquezas no mercado internacional, Ricardo fará sua defesa pelas vantagens comparativas, na qual cada país obteria vantagens com a especialização, o que em última instância levaria todos os países ao mesmo nível de renda. Smith vê essa equalização pela própria capacidade do mercado em trocar conhecimento pelo processo de competição entre as empresas, o que levaria a uma homogeneização dos diferentes países dada a competição no mercado internacional. A teoria de Marx<sup>5</sup> possui em diversos autores, assim como em seus trabalhos anteriores ao O' Capital, como 'O Manifesto Comunista' e a 'Ideologia Alemã', uma visão de um progressismo social, que pautado pela luta de classes acarretaria em uma contínua evolução social. O capitalismo seria marcado pela valorização do capital com o único intuito de promover sua acumulação, o que levaria a um processo expansivo por todos os mercados e todos os Estados Nacionais. Essa visão economicista do materialismo histórico coloca as relações

---

políticos clássicos, já que apesar de possuir muitos elementos dessa *escola* de pensamento, possui divergências significativas. Essas divergências não se referem somente a questões ontológicas, como abordaremos em seguida, mas também a diferenças epistemológicas, como o caso da desconsideração da 'Lei de Say'. Enquanto autores como Adam Smith e Ricardo consideravam que a demanda era limitada apenas pela produção, Marx criticava essa ideia apontando as crises de superprodução.

<sup>5</sup> Maria Helena Chaui irá argumentar em seu trabalho *A história no Pensamento de Marx* como a concepção de Marx sobre a história muda no decorrer de sua obra, originando muitos dos equívocos dos marxistas ortodoxos e 'vulgares'. Essas concepções da obra de Marx podem ser vistas em uma grande parte das análises marxistas, que colocam os elementos políticos e sociais reduzidos aos elementos econômicos, como é o caso clássico de Maurice Dobb. Como enfatiza Chaui, essas análises podem ser respaldadas por certos trabalhos de Marx e por partes desconexas ou mal compreendidas do O' Capital. Entretanto uma abordagem distinta é apresentada nos *Grundrisse* e na obra O' Capital vista como um todo, a qual veremos nas próximas seções. Chaui resume de forma clara a crítica a essa abordagem 'vulgar' da teoria marxista ao apresentar a visão de Cornelius Castoriadis: "O núcleo da análise econômica de Marx são as contradições do capitalismo em cujo centro se encontra uma contradição determinada, aquela entre o desenvolvimento das forças produtivas e as relações de produção ou a forma da propriedade capitalista. Ora, hoje sabe-se que a análise econômica de Marx não pode ser mantida nem em suas premissas nem em seu método nem em sua estrutura, pois sua teoria econômica enquanto tal ignora a ação das classes sociais e, portanto, o efeito das lutas operárias sobre o funcionamento da economia capitalista, bem como o efeito da organização da classe capitalista para dominar as tendências "espontâneas" da economia. A negligência sobre tais efeitos decorre da própria teoria, visto que nela o capitalismo reifica completamente os homens ao transformá-los em coisas e os submete a leis econômicas que não diferem das leis naturais, salvo pelo fato de que usam as ações conscientes dos homens como instrumento inconsciente de sua realização. Sem dúvida, a reificação existe, mas não pode ser completa, pois se o fosse, o sistema desabaria instantaneamente – a contradição última do capitalismo está na necessidade que o sistema tem, a um só tempo, da atividade propriamente humana e de submetê-la e reduzi-la ao mínimo possível."

econômicas como separada das demais esferas sociais, e ainda como o único determinante no processo de formação de uma determinada ‘trajetória social’.

A teoria de Smith possui muitas interpretações que a consideram como a origem da ciência econômica justamente por desvincular o aspecto econômico de outras características sociais, como a política e a moral. É importante ressaltar que essa concepção cânone da abordagem neoclássica da teoria de Smith também é compartilhada por economistas críticos como Albert Hirshman. Entretanto, essa visão de uma ruptura no pensamento de Smith não é unânime, ao contrário, se apresenta como um dos mais antigos e clássicos debates da história do pensamento econômico, que ficou conhecido com *Das Adam Smith Problem*<sup>6</sup>.

O debate gira em torno da possibilidade de ter ocorrido ou não uma ruptura entre a obra “*Teoria dos Sentimentos Morais*” (TSM) e a “*Riqueza das Nações*” (RN), pois enquanto na primeira Smith constrói uma teoria da moral que guiaria os indivíduos, na segunda ele romperia com essa análise e passaria a incorporar exclusivamente as características do mercado na evolução da sociedade. Essa visão da ruptura, na sua versão mais extremada (neoclássica), entende que na RN o mercado é um operador técnico, que levaria a um processo de auto-regulação, em que mesmo em meio as atitudes individualistas existiria uma *mão invisível* que ordenasse todas as atitudes para um ponto de ótimo social. Entretanto, em uma análise mais aprofundada percebe-se que não há essa desvinculação no pensamento smithiano, ao contrário, Smith ‘convoca toda a sua teoria moral e social para a elaboração do modelo de mão invisível’ (Ganem, 1999). Dessa forma para Smith, através da divisão social do trabalho se estabelece uma relação que o desenvolvimento da produção social ocorre devido as ações individuais de forma não intencional. A *mão invisível* não se trata, portanto, de um mecanismo auto-regulador do mercado, mas sim um de uma concepção de desenvolvimento por trás da formação econômica, o que por sua vez não estaria desvinculado da ideia de moral tratada no TSM. Por isso, ao construir essa noção da economia como propulsora do desenvolvimento, Smith não o faz sem considerar as questões morais do indivíduo. Dessa forma, a dissociação de um desenvolvimento econômico de um desenvolvimento político não ocorre pela ideia do *homem economicus*, mas sim por um homem inserido em uma sociedade com seus preceitos morais. Logo, a *mão invisível* é utilizada como um recurso para mostrar o mercado como um novo formador da ordem social e do desenvolvimento, mas não totalmente desvinculado dos preceitos sociais.

Entretanto essa análise mais precisa das vinculações entre o mercado, o desenvolvimento da

---

<sup>6</sup> Devido a complexidade da discussão envolvendo a obra de Adam Smith fugir do espaço destinado para esse trabalho, tentaremos apenas apresentar brevemente a opinião desse trabalho sobre a relação entre economia e política na obra do autor, já que possui consequências para o entendimento das principais teorias do desenvolvimento. Para um estudo mais aprofundado o texto “Adam Smith e a explicação do mercado como ordem social: uma abordagem histórico-filosófica” de Ganem (1999) fornece uma ótima apresentação inicial para o tema.

formação econômica e os preceitos sociais serão deixados em um segundo plano pelos demais teóricos da economia. Os marginalistas levaram essa autonomização da economia até o ponto de desconsiderar a própria importância do excedente social para o desenvolvimento, atando-se na ideia do mercado como um auto-regulador que leva para uma situação de ótimo social. Entretanto, outros economistas políticos clássicos já possuíam uma visão muito mais reducionista da economia. Um exemplo pode ser dado pela teoria de David Ricardo, que busca nos elementos objetivos da produção tentar entender como se formam o excedente produtivo que desenvolve a economia, sem passar por intermediações políticas ou sociais. Análises como a de Ricardo possuem o mérito de não desconsiderar e sim destacar a importância do excedente social, mas ao construir essa análise com maior enfoque no excedente acaba por isolar a sua formação na esfera produtiva, desvinculando a formação do excedente das demais esferas da sociedade.

Sob esse encadeamento analítico Marx irá escrever a *Contribuição à Crítica da Economia Política* de 1859, que antecedeu *O' Capital*. O próprio prefácio da “*Crítica*” se tornará importante para o debate sobre o reducionismo econômico na obra de Marx. Devido à leitura realizada por Karl Kautsky, que editou as *Teorias da Mais Valia* e teve um papel importante na Segunda Internacional, o prefácio da ‘*Crítica*’ se tornou um dos marcos da versão dogmática e determinista da obra de Marx, em que o economicismo se colocaria de forma evolucionista determinista até culminar na revolução operária. Entretanto será justamente da fusão da compreensão desse texto com as análises históricas e políticas concretas empreendidas por Marx (principalmente em *O 18 de Brumário de Luís Bonaparte*) que Antonio Gramsci irá reconstruir a teoria de Marx (Bianchi 2006), refutando qualquer ideia dos movimentos políticos e ideológicos como mera expressão da determinação da estrutura. Dessa forma, a famosa passagem de Marx no prefácio de 1859 será ressignificada por Gramsci:

“(...) na produção social da sua existência, os homens estabelecem relações determinadas, necessárias, independentes da sua vontade, relações de produção, que correspondem a um determinado grau de desenvolvimento das suas forças produtivas materiais. O conjunto destas relações de produção constitui a estrutura econômica da sociedade, a base concreta sobre a qual se eleva uma superestrutura jurídica e política e a qual correspondem determinadas formas de consciência social. O modo de produção da vida material condiciona o desenvolvimento da vida social, política e intelectual em geral. Não é a consciência dos homens que determina o seu ser; é o seu ser social que, inversamente, determina a sua consciência.” (Marx 1859/1987: 263)

Na visão que será estabelecida por Gramsci, assim como em vários outros pensadores dentro da tradição marxista, o impacto das forças produtivas materiais na evolução da sociedade não será de determinação, mas de condicionante no processo de interação humana em sociedade. Ao ressignificar a visão reducionista da obra de Marx, Gramsci demonstra que a história não é

simplesmente determinada pela evolução das forças materiais, mas sim pelo homem em sociedade, que está condicionado e não determinado pelas forças materiais correspondentes ao seu período.

A diferença entre *condicionante* e *determinação* é essencial para se compreender as divergências existentes na própria noção de desenvolvimento da economia. O processo econômico colocará condicionantes às relações sociais, políticas e culturais, que por sua vez interagirão com as relações produtivas. Dessa forma a divisão marxista tradicional entre estrutura econômica e superestrutura ideológica será fundamentalmente reconstruída na obra de Gramsci. Como será explorada na última seção, a estrutura irá condicionar a superestrutura e não determina-la, além da própria superestrutura conter elementos autônomos. Assim fica evidente a maior complexificação da relação entre os fatores econômicos e os demais fatores sociais na abordagem gramsciana. É sob essa concepção alternativa da relação entre economia e política que se buscará entender a noção de desenvolvimento na última seção do presente trabalho. Entretanto, antes de realizar esse esforço teórico é importante analisar as principais concepções teóricas sobre desenvolvimento, para poder entender e comparar quais são os seus limites e avanços na compreensão da própria ciência econômica.

### ***Uma continuidade histórica***

*“Theory is Always for someone and for some purpose.” – Robert Cox*

As teorias econômicas que abordaram a noção de desenvolvimento, surgidas durante o século XX, serão herdeiras da tradição da economia completamente dissociada da esfera política, sendo a esfera econômica a responsável pela condução do caminho do desenvolvimento. Sob essa perspectiva, como veremos mais detalhadamente durante essa seção, mesmo quando os autores incorporam a noção de Estado será como um ente dissociado do econômico, que possuiria ferramentas capazes de concertar possíveis desequilíbrios na economia.

Os marginalistas ao incorporarem ao conceito de *mão invisível* a noção do mercado como um mecanismo auto-regulador, retiraram da economia (uma vez estabelecida as 'instituições' do mercado capitalista) a possibilidade de haver desigualdades entre os Estados, divergindo dos economistas clássicos, que ao analisarem o desenvolvimento pela formação de excedente social percebiam a formação de processos econômicos desiguais. Entretanto, a ciência econômica passou a ser dominada pelas correntes marginalista e utilitaristas que abandonaram em definitivo a noção de excedente, o que implicou também na inutilidade da própria noção de desenvolvimento nessas teorias. A economia passou a ser entendida como um processo linear de desenvolvimento, em que uma vez estabelecido o mercado naturalmente os Estados iriam alcançar o progresso econômico.

Entretanto no começo do século XX as desigualdades entre os países e os momentos de crises recorrentes fizeram com que essa concepção da economia fosse questionada e outras abordagens



alternativas começassem a surgir. Será dentro desse questionamento que surgirá John Maynard Keynes, que questionará o cerne da teoria marginalista. A obra de Keynes, além de poder ser considerada como uma das fundadoras da macroeconômica, também se tornou uma das grandes influências para as teoria desenvolvimentistas heterodoxas no pós guerra. Entretanto será dentro do paradigma ortodoxo que surgirá o que ficou conhecido como os *clássicos* do desenvolvimento<sup>7</sup>. Esses teóricos, ao contrário dos keynesianos, não irão questionar os mecanismos básicos da teoria econômica marginalista, mas tentar entender as desigualdades entre os Estados como fruto de um atraso na trajetória de desenvolvimento das economias.

Essa concepção clássica do desenvolvimento pode ser vista principalmente nos autores anglo-saxões, que estavam dentro da linhagem da economia marginalista e representavam a liderança da economia mundial. Esses autores aceitavam o princípio das vantagens comparativas de Ricardo, como analisado pelos pioneiros do desenvolvimento Rosestein-Rodan (1943) e Nurkse (1951), que escreveram sob influência direta do modelo de Harrod-Domar. Esses modelos possuíam um enfoque que enfatizava o papel da poupança e da formação de capital para as economias em desenvolvimento, assim como a ideia da necessidade de um crescimento equilibrado ou balanceado. Por isso defendiam que o papel do Estado deveria ficar restrito a adequação da mão de obra e a coordenação dos investimentos de longo prazo, mas sem intervir drasticamente nas ‘virtudes’ do mercado que levariam ao desenvolvimento. Os trabalhos posteriores de Arthur Lewis podem ser vistos em uma direção similar, em seu trabalho "Economic Development with unlimited Supplies of Labour" Lewis (1954), argumenta como a disponibilidade ilimitada de mão de obra seria um fator importante de dinamismo para essas economias, pois dessa forma atrairia investimentos em decorrência do baixo preço relativo do trabalho no mercado internacional. Por isso para Lewis, o Estado teria o papel de defender a maior disponibilidade de mão de obra controlando o poder sindical, que de outra forma estancaria esse fator dinamizador das economias ‘atrasadas’.

Entretanto foi com Walt Whitman Rostow que essa concepção de desenvolvimento neoclássica se tornou durante a década de 1960 uma teoria acabada sobre as etapas necessárias para se alcançar o desenvolvimento. Em seu livro "*Process of Economic Growth*" (1952), Rostow define o desenvolvimento como um processo natural, linear e progressivo, em que as sociedades atrasadas alcançariam o padrão das sociedades desenvolvidas<sup>8</sup>. É dentro desse arcabouço teórico que serão

---

<sup>7</sup> Essa noção de desenvolvimento se baseia no mecanismo conhecido como teoria dos *estágios*. Esse conceito assume que as unidades (sociedades nacionais) se desenvolvem todas no mesmo caminho fundamental, respeitando a noção liberal e progressista, que, entretanto, é marcado por momentos diferentes dados os ritmos de cada Estado em alcançar a fase suprema da evolução.

<sup>8</sup> Essa teoria *etapista* pode ser vista nos cinco estágios elaborados por W. W. Rostow na década de 60:

1ª - sociedade tradicional – produção limitada, tecnologia rudimentar, subordinação do homem ao ambiente e inadequado aproveitamento dos recursos naturais;

2ª - sociedade em processo de transição – estágio em que aparece precondições para o desenvolvimento econômico

desenvolvidas as políticas norte-americanas para os países latino-americanos, tendo uma perspectiva de que naturalmente esses países alcançariam o desenvolvimento e por isso o que precisaria ser feito seria a incorporação desses países no mercado internacional.

Essa visão de um desenvolvimento natural irá fomentar grande parte da crítica desenvolvimentista que proliferou na América Latina nos anos 1950. As teorias estruturalistas (ou teorias da CEPAL – Comissão Econômica para América Latina e Caribe - como também são referidas) irão se opor diretamente a esse desenvolvimento econômico neoclássico, incorporando na análise uma visão estrutural e histórica do capitalismo. Os economistas Raul Prebisch (1949), Celso Furtado (1954), Oswaldo Sunkel (1957), e Hans Singer (1950), entre outros, irão criticar a teoria convencional do mercado internacional. Esses autores estruturalistas irão argumentar que a divisão internacional do trabalho, que a teoria convencional diz ser naturalmente produzida pelo mercado internacional, provoca um benefício muito maior para os países ‘centrais’ do que para os países periféricos. Essa disparidade seria consequência de que os mercados seriam mais oligopolizados no centro do que na periferia, o que levaria a uma distribuição desigual dos benefícios do mercado. Essa estrutura do mercado internacional seria ainda responsável por ditar as produções dos produtos industrializados (ou de *fronteira tecnológica*), o que levaria a maiores ganhos de externalidade com essa industrialização.

Essa tradição estruturalista (ou *cepalina*) não incorporará em suas indagações quais seriam os mecanismos fundadores dessa estrutura internacional e como esse processo de formação impacta nas trajetórias dos países. Essas análises apresentarão um viés mais normativo, buscando propor políticas que seriam capazes de burlar essa estrutura internacional para alcançar a industrialização (ou a produção de tecnologia de fronteira) e promover o desenvolvimento. Desta forma, essa corrente teórica estruturalista buscou reformular a teoria convencional (neoclássica) de desenvolvimento de forma análoga a que Keynes buscou fazer ao corpo central da teoria neoclássica<sup>9</sup>. Keynes se opôs não só à concepção harmoniosa do capitalismo liberal clássico desregulado, como também a visão de tradição marxista de que as contradições do capitalismo iriam levar necessariamente a um fim incontornável (Palma, 1982). Os estruturalistas latino-americanos apresentam uma visão similar ao defender que o desenvolvimento não é algo obtido de

---

– atitudes racionais adequadas ao controle e à exploração da natureza;

3ª - sociedade em início de desenvolvimento – inclui as sociedades nas quais são ultrapassados os primeiros limites das sociedades tradicionais – investimento de capital na produção, crescimento da manufatura e aparecimento de um sistema político, social e institucional – base da sociedade moderna.

4ª sociedade em maturação – estágio em que as forças de expansão econômica passam a predominar na sociedade;

5ª sociedade em produção em massa – é estágio de desenvolvimento efetivo da produção em bases industriais e científicas e de um aumento significativo do investimento produtivo de capital.

<sup>9</sup> “That the ECLA analyses should have drawn their inspiration from Keynesianism in no way denies their originality; this lay in the way in which they applied the Keynesian analysis to the Latin American situation, and to the theory of economic development, to which the Keynesian tradition had hitherto paid little attention.” (Palma, 1978).

forma natural, no entanto não concebem a formação das estruturas político-econômicas nacionais e internacionais como um impedimento que não poderia ser superado com a intervenção estatal em atingir a industrialização. Apesar de existirem estruturas que coibiriam o desenvolvimento elas poderiam ser superadas com a elaboração de certas políticas realizadas pelo Estado desenvolvimentista. Dessa forma, na perspectiva *cepalina* o Estado ganha um papel central em promover a industrialização até levar ao desenvolvimento de fato, o que seria realizado com o rol de políticas tanto de infraestrutura quanto de promoção direto da indústria, as quais teriam o poder mágico de superar todos os entraves do sistema capitalista interestatal.

As teorias da CEPAL tiveram o seu grande ápice nos anos 50 com aplicação direta de suas ‘doutrinas’ em diversos países latino-americanos, mas com seu declínio já na década de 1960 quando começaram a surgir os primeiros sinais das contradições presentes em suas análises. Durante a década de 1960 as políticas de substituição de importação começaram a perder força, o que levou à uma perda na capacidade dos Estados latino-americanos em se desenvolverem. Com as mudanças políticas nos países latinos surge uma linha marxista de pensamento sobre o desenvolvimento, que ficou conhecida como *teorias da dependência*. Essas teorias possuem certa diversidade, havendo algumas diferenças expressivas entre elas, não só teóricas como também quanto aos projetos políticos e econômicos para o desenvolvimento.

O trabalho de Gabriel Palma “*Dependency: A Formal Theory of Underdevelopment or a Methodology for the Analysis of Concrete Situations of Underdevelopment?*” (1982) formaliza três vertentes distintas dentro desse arcabouço, não só quanto as suas objeções teóricas, mas também as suas propostas políticas e econômicas. As teorias da dependência possuem certa tradição das análises marxistas das *teorias do imperialismo*<sup>10</sup>, partindo de um resgate do desenvolvimento do capitalismo, tanto do seu nível ‘interno’ de desenvolvimento, quanto do seu desenvolvimento desigual nas diferentes partes do mundo. Entretanto, a *forma* que cada abordagem dará a essa teoria do imperialismo aplicada a América Latina terá diversas divergências, dado o nível de abstração considerado por cada uma nas relações entre os Estados e a economia. Uma linhagem (origem) comum das teorias da dependência pode ser considerada pela importância do trabalho pioneiro de Paul Baran (1957) “*The Political Economy of Growth*”, em que faz uma releitura da teoria do

---

<sup>10</sup> As teorias da dependência tiveram grande influência dos teóricos do imperialismo, que podem ser condensados nos trabalhos de Lenin, Kautsky e Bukhárin. Esses autores, em linhas gerais, irão analisar o desenvolvimento do sistema capitalista e da possibilidade de haver dentro desse sistema um desenvolvimento dos países ‘atrasados’, como o caso da Alemanha e da Rússia, suficiente para alcançar os países centrais. Esses autores irão destacar a ligação de dependência dos países atrasados com os centrais, devido a constante transferência de excedente para os países centrais que impediria o desenvolvimento dos ‘periféricos’. Dessa perspectiva esses autores começam a incorporar elementos de maior complexidade na análise, mas mantendo certa posição de que no fim o processo de acumulação de capital levaria a uma determinada globalização, mesmo que fosse acompanhada ou guiada por fatores imperialistas que sempre se imporiam sobre os países atrasados. Dessa forma haveria mesmo nesses países atrasados um desenvolvimento capitalista, mas que seria dado por uma ligação dependente com os estados imperiais.

imperialismo com aplicação para a América Latina.

A primeira vertente da teoria da dependência identificada por Palma é relacionada com as abordagens que seguem mais de perto o trabalho de Baran, tendo como um dos seus grandes expoentes Andre Gunter Frank e o *Centro de Estudios Sociales de la Universidad de Chile*, em que se destacaram Marini, Caputo e Pizarro. A característica essencial dessa abordagem é sua tentativa de construir uma teoria do *subdesenvolvimento Latino Americano*, em que o caráter dependente dessas economias é o centro em que toda a análise do subdesenvolvimento se desenrola. Sob essa perspectiva o caráter dependente das economias latinas possuiria certos processos ligados ao seu subdesenvolvimento. O desenvolvimento dos subdesenvolvidos é visto por essa abordagem como algo contrário aos interesses dos países desenvolvidos. Nesse sentido para coibir esse desenvolvimento são estabelecidas uma série de relações que levam a uma transferência do excedente dos países periféricos para os países centrais. Esse *surplus-drain*<sup>11</sup> será um dos elementos centrais de quase todas as abordagens *dependentistas*, tendo grandes divergências quanto à forma como esse elemento poderia ser superado. Para essa primeira vertente, o desenvolvimento das economias subdesenvolvidas seria impossível dada a própria forma em que o capitalismo se desenvolve<sup>12</sup>, por isso para eles a única maneira de acontecer esse desenvolvimento seria através de uma revolução.

A segunda abordagem, sistematizada principalmente em Sunkel e Furtado, pode ser caracterizada pela intenção de reformulação das análises *cepalinas* (ou *estruturalistas*). Esses autores partem principalmente das críticas aos projetos de *desenvolvimentismo nacional* da década de 1950, para reconstruir uma teoria sobre o desenvolvimento latino. Essas reformulações não buscam somente incorporar elementos que faltavam nas antigas concepções, como políticos e sociais, mas também uma expansão minuciosa para que a teoria estruturalista prosseguisse além daquela análise antiga. Apesar de menos enfática do que a primeira abordagem, essa concepção reformulada das teorias da ‘CEPAL’ também possui um caráter pessimista quanto ao desenvolvimento, devido entre outros fatores, a frustração do processo de industrialização latino americano.

---

<sup>11</sup> No livro de 1980 *Imperialismo, Pioneiro do Capitalismo*, o historiador marxista Bill Warren fez uma forte crítica a esse *surplus-drain* das *teorias dependendistas*, já que elas omitem de certa forma o caráter expansivo do capitalismo via imperialismo. Ao enfatizar a transmissão de excedente da periferia para o centro, essas teorias reduzem o caráter de difusão do capitalismo e de suas forças produtivas na relação existente entre os estados centrais e os periféricos.

<sup>12</sup> A maior parte dos autores dessa abordagem da dependência não desenvolveu de forma significativa a explicação do porque o desenvolvimento capitalista não permitiria um desenvolvimento dos subdesenvolvidos. Entretanto, um trabalho mais aprofundado sob essa demonstração histórica pode ser visto no livro *Modern World System* de Immanuel Wallerstein. Esse autor irá sob uma perspectiva *braudeliana* analisar a formação do sistema mundo capitalista e seu processo de desenvolvimento através de momentos de expansão, em que surgem novas configurações políticas econômicas que possibilitam a expansão do sistema. Apesar de construir uma análise mais bem acabada, com grande riqueza histórica e de *insights*, possui um mesmo determinismo economicista em relação ao *surplus-drain* quando trata das relações entre centro e periferia, como enfatizaremos em seguida.

A terceira abordagem dentro da teoria da dependência é relacionada com o trabalho pioneiro de 1967 do sociólogo Fernando Henrique Cardoso e do historiador Enzo Faletto, *Dependencia y Desarrollo en América Latina*. Nesse trabalho há uma intenção de construir uma teoria menos mecânica e formal da dependência, se concentrando mais nas situações concretas de desenvolvimento dependente. Uma das características que se destaca dentro dessa abordagem é o maior detalhamento das transformações que ocorreram no sistema capitalista mundial, com particular ênfase para as mudanças que se tornaram significantes no final dos anos 50, com as novas dinâmicas de movimento do capital e da divisão internacional do trabalho. Esses autores incluem o surgimento das corporações multinacionais que progressivamente transformaram as relações centro-periferia. Como o capital externo tem cada vez mais sido direcionado para a indústria manufatureira na periferia, a luta pela industrialização não pode mais ser vista como uma luta anti-imperialista. A industrialização periférica que antes era vista como forma de se opor ao imperialismo passou a ser parte do próprio processo dependente. Dessa forma os processos de dependência e de industrialização não se colocam mais como formas contraditórias, mas como um processo unido de “desenvolvimento dependente”.

As duas primeiras vertentes foram mais duramente criticadas pelo determinismo trazido em suas concepções teóricas sobre a relação centro-periferia. Essas abordagens da teoria da dependência apesar de incorporem vários elementos superestruturais como cultura, política, ideologia, acabam reduzindo esses elementos para a esfera econômica, argumentando que dada a relação produtiva entre os países centrais e periféricos sempre haverá uma transmissão de excedente (*surplus-drain*), que levará à um subdesenvolvimento permanente. Esse pessimismo *determinista* com relação ao desenvolvimento na América Latina pode ser entendido pela omissão da característica cíclica do desenvolvimento capitalista. Como será argumentado na próxima seção, a forma como o sistema capitalista se expande possui fluxos e interações interestatais diversas, o que promove momentos de desenvolvimento distintos, não só históricos como na sua própria *forma*. Um momento de desenvolvimento ou de recessão econômica deve ser visualizado dentro do próprio sistema interestatal capitalista, com seus ciclos de expansão e retração. A última vertente (sintetizada no trabalho de Cardoso e Faletto) de certa forma incorpora essa relação mais dialética do desenvolvimento, mas acaba se tornando restrita conforme o seu próprio discurso de ‘desenvolvimento dependente’ passa a ser incorporado nas trajetórias dos países subdesenvolvidos. A própria análise do papel das multinacionais e do capital internacional no desenvolvimento passa a ser incorporado na trajetória dos países, formando novas formas de relação políticas econômicas como as ocorridas principalmente na década de 1990.

Se por um lado a década de 1960 presenciou certo pessimismo com relação ao desenvolvimento na América Latina, dado o alcance limitado dos efeitos da industrialização da

década de 1950 e com a formação de Estados ditatoriais por toda América Latina, a década de 1970 apresentou um panorama diferenciado para os países periféricos. A crise internacional do início da década de 70 provocou mudanças importantes no sistema mundial. No início dos anos 1970 se configurou uma nova formação geopolítica, com o fortalecimento dos países recém-construídos (principalmente Alemanha e Japão) que passaram a disputar mais o mercado com os EUA. Ao mesmo tempo ocorreu a crise do petróleo em 73 e a mudança do padrão monetário, com a imposição do padrão dólar-dólar no sistema monetário internacional. Essa nova estrutura levou em um primeiro momento à uma queda da taxa de juros e a um grande aumento do fluxo de capitais, incentivados pelos petrodólares e eurodólares. Obviamente essas alterações terão efeitos nos países periféricos, que diferentemente da década de 60 passaram por um novo período de estímulos a economia interna.

Durante os anos setenta, com a abundância de capital e com a industrialização já alcançada, ganharam força teorias que criticavam as teorias da dependência. Essas teorias críticas da década de 70 e começo dos 80 partiam de um maior nacionalismo metodológico, em que o papel do Estado voltava a ser central para o desenvolvimento. Sob a égide do nacionalismo metodológico nasceu uma *escola de pensamento* de concepção tanto crítica como propositiva. Em torno da escola de economia da Unicamp se construiu nos anos setenta e início dos oitenta uma teoria que focava principalmente nos aspectos internos (endógenos) do desenvolvimento. Essa análise partiu de uma releitura do pensamento estruturalista e de suas estratégias econômicas feitas à luz de uma análise mais acurada das teorias de Marx, Keynes, Schumpeter e Kalecki, o que levou ao surgimento das *teorias do capitalismo tardio*. Dada a análise histórica das dimensões atingidas pelas forças produtivas na periferia, com uma produção desenvolvida de bens de capital, a questão que se colocava para essa escola era de como alcançar os mecanismos internos de acumulação de capital. Por isso grande parte das análises dessa escola de pensamento se direcionava para os mecanismos econômicos que poderiam desenvolver a economia interna, tanto do ponto de vista produtivo como da demanda efetiva. Entretanto, esse enfoque nacionalista do desenvolvimento se mostrou falacioso logo em meados da década de 1980.

A crise que abalou os países latinos americanos na década de 1980 irá revelar os limites das abordagens que partem do nacionalismo metodológico, em que o Estado é visto como um ente autônomo capaz de promover o desenvolvimento. Após a moratória mexicana em 1982, vários países latino-americanos passaram por um processo semelhante, com uma forte restrição de divisas internacionais e um acelerado processo inflacionário. O período de grande expansão de financiamento externo foi sucedido por um forte estancamento de crédito nos países latinos. Essa alteração se torna mais esclarecedora do ponto de vista teórico quando se considera a situação distinta dos países asiáticos. Apesar de passarem por um processo semelhante de industrialização

nas décadas anteriores, com um forte endividamento, não sofreram uma descontinuidade do financiamento externo, o que possibilitou uma continuação do desenvolvimento e uma futura nova inserção no sistema capitalista interestatal. O descolamento dos países latinos em relação aos países asiáticos mostra a importância da consideração teórica sobre a inserção internacional e a relação construída com o principal centro de crescimento<sup>13</sup>. Apesar de fundamentais, essas considerações sobre a relação da inserção externa dos Estados com sua estrutura interna dificilmente é realizada de forma orgânica nas abordagens recentes, tanto nas ortodoxas quanto nas heterodoxas.

Vale notar a defesa do Estado nacional como elemento fundamental para o desenvolvimento feita pelos próprios estudiosos do desenvolvimento no leste asiático durante a década de 80. Grande parte das análises sobre o desenvolvimento asiático focou em uma abordagem institucionalista sobre como o Estado deve assumir um papel de formulador autônomo para guiar os interesses nacionais rumo ao desenvolvimento. Essa linha de defesa do Estado desenvolvimentista, com base no caso asiático, iniciou-se com o importante estudo de Chalmers Johnson sobre o Japão, ao que se seguiram os estudos de Alice Amsden, Robert Wade, Ha-Joon-Chang e Peter Evans, que analisaram também de forma minuciosa o caso sul-coreano. Próximo do que foi realizado por List<sup>14</sup> durante a fase de desenvolvimento alemão, esses autores defendem veementemente a necessidade do Estado se colocar como ator decisivo em relação aos interesses econômicos. Ao analisarem a ocorrência do processo de desenvolvimento detectam a importância do fortalecimento do Estado, mas ao invés de perceberem que a própria possibilidade de fortalecimento do Estado se deve a dinâmica do desenvolvimento em si, veem o Estado como o seu causador, como se fosse graças a sua atuação que o desenvolvimento foi alcançado. Assim dentro de uma tradição weberiana, as análises do desenvolvimento recente no leste asiático defendem a formação de um Estado movido por uma burocracia meritocrática que guiaria o país ao desenvolvimento (Medeiros, 2010a). Dessa forma o que determinaria o desenvolvimento seria a existência ou não de tal *Estado funcional*. Apesar de analisarem e mostrarem a importância do papel do Estado no sistema capitalista, não observam as

---

<sup>13</sup> A importância da consideração desses pontos foi salientada precocemente por Prebisch ao analisar as diferenças no desenvolvimento entre os países periféricos causadas pela mudança da liderança da Inglaterra para os EUA. Na próxima seção se tentará desenvolver de forma mais aprofundada essa problemática, apresentando alguns autores importantes e desenvolvendo a abordagem de Antonio Gramsci sobre as alterações no sistema capitalista interestatal.

<sup>14</sup> Friedrich List em sua obra 'O Sistema Nacional de Economia Política' irá contrariar os economistas políticos clássicos ingleses para argumentar sobre a importância das políticas nacionais para a indústria nascente dos países atrasados. List constrói primeiramente uma densa análise histórica sobre o desenvolvimento das principais potências econômicas no capitalismo, para mostrar que diferentemente da posição de Smith não foi pelo livre comércio que esses países obtiveram o desenvolvimento econômico, mas sim pelo protecionismo à sua economia doméstica. Através dessa observação histórica List propõe que deve ser adotado nos países em desenvolvimento barreiras tarifárias e alfandegárias que busquem o crescimento da indústria nascente, pois o livre comércio seria benéfico apenas para as economias já desenvolvidas ou em um mesmo nível técnico. List como autor de um estado alemão em desenvolvimento defende que em uma situação de livre mercado as economias desenvolvidas tolheriam o surgimento (ou avanço tecnológico) das economias mais atrasadas, determinando assim a continuidade da divisão do trabalho. Por isso seria papel do Estado nacional impor práticas que defendessem a indústria nacional para desta forma ser possível obter o desenvolvimento.

relações já estabelecidas por esses países no quadro geopolítico, o que *condicionaria* a plena realização desse Estado desenvolvimentista.

De forma análoga ao papel central para a dinâmica do capitalismo que a Alemanha assumiu no século XIX, os países asiáticos passaram a desempenhar a partir da década de 1970 um papel fundamental na dinâmica mundial. Ao se analisar o desenvolvimento desses países, por exemplo, não basta focar apenas na intervenção do Estado, já que a *forma* como esses Estados se inserem internacionalmente e como são estruturados internamente são também fortes condicionantes para a obtenção do tal desenvolvimento. Por isso tornar-se fundamental incorporar não só a importância do Estado desenvolvimentista, mas também a complexa relação entre o poder econômico e o poder político nas análises de desenvolvimento. Somente quando se atenta para a maneira como essa relação ocorre no sistema capitalista interestatal se poderá entender porque os Estados tomam ou não determinadas atitudes políticas que levariam ou não ao desenvolvimento.

Durante a década de 1990 teorias ortodoxas do desenvolvimento também foram construídas partindo de uma funcionalidade do Estado, mas ao invés desse Estado ser um promotor de políticas que guiassem ao desenvolvimento, a sua função seria construir instituições que promoveriam a plena implantação dos mecanismos de mercado. Se por um lado o tratamento econômico dessas concepções neoliberais é completamente diferente das concepções nacionais desenvolvimentistas, do ponto de vista político (a concepção de Estado) é muito próxima, já que em ambas o Estado é considerado como um ente em si, em que as instituições por si só gerariam as mudanças planejadas. Entretanto, diferentemente do ‘Estado Desenvolvimentista’, o ‘Estado Neoliberal’ não se preocupa em promover a indústria e/ou a demanda efetiva, já que sua preocupação está em criar as instituições que garantam a prevalência da lógica do mercado, trazendo consigo o desenvolvimento ‘natural’ do capitalismo.

Douglass North no seu trabalho *Institutions, Institutional Change and Economic Performance* de 1990 expõe de forma definitiva essa visão institucionalista neoclássica do desenvolvimento. North parte da questão próxima a de Coase, mas ao invés de buscar explicar a existência das firmas no mundo neoclássico, busca explicar as instituições. Dessa forma sua abordagem institucionalista também se baseará na existência de custos de transação, com a criação das instituições com o objetivo de reduzir a incerteza existente na economia. Essa teoria institucionalista concebe as instituições políticas dissociadas da economia, mas com intervenção de uma na outra. Dessa maneira a economia poderia estar subjugada às instituições políticas. Nos países periféricos, por exemplo, o subdesenvolvimento decorreria da existência de instituições que inibiriam as relações econômicas, dado que essas instituições persistem devido à racionalidade política dos grupos existentes ligados ao Estado. Assim North faz uma grande exaltação ao Estado Liberal, que permanentemente contido pela separação dos poderes e pela inviolabilidade da



propriedade privada, não tolhe, mas garante proteção e estabilidade aos contratos privados. Nas economias subdesenvolvidas aconteceria o contrário, já que com um Estado discricionário haveria um tolhimento das iniciativas individuais, o que impediria o desenvolvimento capitalista.

Tanto as abordagens ortodoxas quanto as abordagens heterodoxas recentes deixam claro seu viés nacionalista metodológico, em que o Estado é visto como principal elemento orientador do desenvolvimento. Apesar de incorporarem a questão política, essa está sempre pautada pelo caráter econômico. O Estado, tanto neoliberal quanto desenvolvimentista, só existiria para a finalidade de obter o desenvolvimento econômico, isento de maiores questões políticas, que por sua vez também condicionam a formação de um padrão Estatal.

Por outro lado, nas análises de cunho *dependentista*, apesar de buscarem incorporar a dinâmica interestatal, essas análises são feitas a partir de um processo mecânico em que fatores políticos e sociais se reduzem ao econômico, ou seja, dado a existência constante de um fluxo de excedente da periferia para o centro, o desenvolvimento seria inibido para os países subdesenvolvidos. Visto dessa forma determinista, vários processos de desenvolvimento, como o caso da Alemanha e dos EUA no século XIX e dos países asiáticos nas últimas décadas, não poderiam ser explicados.

Portanto, quando se busca entender a formação de um momento histórico de desenvolvimento fica evidente a necessidade de um arcabouço teórico que incorpore as esferas políticas e econômicas de maneira inseparavelmente interligadas, pois somente a partir dessa unidade se torna possível entender as formações políticas econômicas dentro do sistema capitalista interestatal.

### ***A noção de desenvolvimento dentro de uma perspectiva política “alternativa”***

*“Hoje, tanto quanto antes, não são apenas as metas e pressões econômicas, nem tampouco apenas os motivos políticos, que constituem as principais forças motrizes das mudanças. Nem a aquisição de ‘mais’ dinheiro ou ‘mais’ poder econômico é a meta real da rivalidade entre os Estados ou da ampliação do âmbito do Estado, nem a aquisição de maior poder político e militar constitui simplesmente uma máscara, um meio para atingir a meta econômica. Os monopólios de violência física e dos meios econômicos de consumo e produção, sejam coordenados ou não, estão inseparavelmente interligados, sem que um deles jamais seja a base real e o outro meramente uma ‘superestrutura’. Juntos, formam o cadeado que liga a corrente que agrilhoa homens entre si.” - Norbert Elias*

As análises com abordagens com caráter estritamente ‘nacional metodológica’ negligenciam o complexo papel desempenhado pelo Estado na economia capitalista, não analisando as influências

das próprias características econômicas e sociais do país nas instituições que regem o mercado. Por isso, acabam por compreender o Estado como um ser autônomo (de forma semelhante ao 'individualismo' na abordagem neoclássica), não possuindo conflitos de classes ou disputas dos setores econômicos dominantes pelo poder estatal. Essa concepção de Estado possui grande influência do Estado weberiano, baseado na constituição de uma burocracia meritocrática que guiaria a nação a seu *destino*. Esta concepção, extremamente impregnada de positivismo, coloca no Estado a capacidade de agir como um ente a parte, como se existissem os processos econômicos se desenvolvendo 'naturalmente' no mercado e em uma esfera separada o Estado, sendo estabelecido por um grupo de esclarecidos que pudessem intervir na vida comum da economia. Somente dentro dessa perspectiva se torna 'compreensível' o estabelecimento de uma crença de que as 'cartilhas' macroeconômicas empreendidas pelas diversas tradições da teoria econômica pudessem levar ao desenvolvimento.

A perspectiva nacional metodológico não concebe o Estado inserido em um sistema internacional, possuindo uma complexa dinâmica de poder atrelada às relações econômicas. A importância de entender o Estado no panorama internacional não se refere somente aos aspectos mercantis, mas principalmente aos próprios desdobramentos da inserção do Estado no sistema capitalista interestatal com uma complexa relação geopolítica. De maneira semelhante a que o indivíduo não deve ser tratado de maneira autonomizada no mercado, o Estado deve ser entendido tanto do ponto de vista de uma estrutura de classes interna quanto inserido em um sistema internacional.

A partir da perspectiva do Estado concebido por Antonio Gramsci, objetiva-se investigar nessa seção como as relações entre Estado, classes sociais e interesses econômicos privados são estruturados e evoluem na formação e trajetória do desenvolvimento, por isso a importância de compreender melhor os conceitos desenvolvidos por Gramsci, principalmente no que concerne a esfera internacional, dada a tradição nacional metodológica da noção de desenvolvimento.

A reformulação do materialismo histórico que foi empreendido por Gramsci envolve construir uma concepção alternativa do estado, como enfatizado por Adam Morton em *Unravelling Gramsci: Hegemony and passive revolution in the global economy*. Segundo Morton, Gramsci atenta para o erro comum nas Ciências Políticas de considerar o conceito de Estado somente como sociedade política, sem atentar para a balança entre a sociedade política e a sociedade civil<sup>15</sup>. Essa concepção vê no estado um indivíduo autônomo, como uma abstração do organismo coletivo que adquiri vida autossuficiente para se mover com sua própria vontade. Em contraste, o Estado é visto por Gramsci

---

<sup>15</sup> O conceito de sociedade política pode ser exemplificado pelos os aparatos coercitivos do estado em moldar a massa popular em acordo com o tipo de produção e economia em um dado momento, enquanto a sociedade civil pelas chamadas organizações privadas, igreja, sindicatos, escolas, universidades etc.

como uma forma de relação social, em que se podem fazer distinções metodológicas entre o conjunto de organismos privados na sociedade civil e aqueles do Estado ou da sociedade política (Morton, 20007). Por sua vez, essas duas esferas correspondem respectivamente à função de *hegemonia* e de *dominação direta*, ou seja, através dos organismos privados da sociedade civil se exerce a hegemonia no sistema capitalista, a qual poderá vir a estar (mas não necessariamente) relacionado com a dominação direta exercida pela sociedade política.

Ampliando a discussão sobre o Estado, Gramsci cria o conceito de *estado integral* para se colocar contra a divisão de poder incorporado na concepção liberal de política, em que o Estado simplesmente se refere ao aparato representativo do governo. Dentro de uma concepção historicista da economia crítica, qualquer representação individualizada do Estado é meramente metafórica. O Estado é concebido, segundo Gramsci, como resultado de combinações determinadas historicamente por grupos verticais e estratificações horizontais, envolvendo a coexistência de culturas diferentes unidas pela coerção e pela consciência ou consentimento moral. Logo, o estado não é agnóstico e o conjunto de classes que o constitui tem uma atividade formativa na economia e na sociedade, assim Gramsci destaca que ‘não se pode falar de poder do estado, mas somente da camuflagem do poder’ (Gramsci 1995: 217–18, Q6§75<sup>16</sup>), através da hegemonia na sociedade (Morton, 2007). Logo, o próprio estabelecimento dos grupos orgânicos dentro da sociedade civil na relação com a sociedade política formará uma relação social de hegemonia.

Várias formas de difusão e de ação direta e indireta podem ser vistas como exercício de relação de *classe hegemônica*. Segundo Gramsci, hegemonia dentro da esfera da sociedade civil é compreendida quando os cidadãos passam a acreditar que a autoridade sobre a suas vidas emana deles mesmos. Hegemonia é articulada através de capilaridades do poder, sendo transmitida organicamente através de *infusões sociais*, como as escolas, nomes de ruas, arquitetura, família, espaços de trabalho, igreja. Gramsci indica como essas esferas subjetivas se inter-relacionam em determinados momentos dentro das relações de força<sup>17</sup>, destacando a relação da força social da produção, a relação da força política e a relação da força militar. Para Gramsci, o exercício normal da hegemonia é caracterizado pela combinação de força e consentimento, sem um predomínio excessivo da força sobre o consentimento.

---

<sup>16</sup> Neste artigo, adotou-se uma convenção específica para as citações referentes aos Cadernos do cárcere. Além de oferecer a referência para as antologias selecionadas, o número do caderno (Q) e o da seção (§) acompanham todas as citações.

<sup>17</sup> É importante salientar mais uma vez a diferença de concepções de causalidade das forças materiais no processo histórico. Muitos autores marxistas consideram os processos materiais como determinantes históricos, quando na verdade não se passam de estruturas condicionantes. Essa diferenciação pode ser exposta no comentário de Lenin sobre a visão determinista da história dos Mensheviks: “*The Mensheviks think that history is the product of material forces acting through the processes of evolution. I think, with Marx, that man makes history, but within the conditions, and with the materials, given by the corresponding period of civilization. And man can be a tremendous social force.*” (Quoted in Horowitz, 1969. p. 10).

A hegemonia será marcada, portanto, pela passagem decisiva da estrutura para a esfera complexa da superestrutura. Gramsci irá capturar a relação dialética entre estrutura econômica e superestrutura ideológica, através da concepção de *bloco histórico*. A polarização marxista tradicional entre estrutura econômica e superestrutura ideológica será fundamentalmente reconstruída. Para Gramsci, o desenvolvimento inter-relacional e recíproco da estrutura e da superestrutura foi encapsulado dentro do conceito de bloco histórico. O complexo, contraditório e discordante conjunto de superestruturas são o reflexo das relações sociais de produção. Segundo Morton (2007) a inovação teórica de Gramsci foi que enquanto a estrutura econômica poderia colocar certos limites, também reconheceu que os fatores da superestrutura têm certo grau de autonomia. Assim existe uma reciprocidade necessária entre as relações sociais de produção e as ideias dentro da esfera das relações sociais do estado civil.

As relações de produção não podem garantir a manutenção do poder social sem articular ideias de apoio que dão forma para a estrutura econômica, *“it is on the level of ideologies that men become conscious of conflicts in to the world of the economy. (Gramsci 1971: 162, Q13§18)”* A existência da hegemonia é, portanto, necessária para a emergência do bloco histórico. Somente quando a hegemonia é estabelecida por um grupo social através do domínio das relações sociais do estado-civil pode representar o desenvolvimento completo do bloco histórico. Entretanto a relação entre hegemonia e bloco não é direta, mas constantemente construída, contestada e nunca uma simples reflexão estática de uma aliança das forças de classes sociais.

Dada a complexidade das relações da hegemonia é importante salientar que enquanto a formação de um bloco histórico é situada em nível nacional, a hegemonia pode se manifestar como um fenômeno internacional através da expansão em escala mundial de um modo particular de produção. *“Every relationship of “hegemony” is necessarily an educational relationship and occurs not only within a nation, between the various forces that comprises it, but in the entire international and world field, between complexes of national and continental civilizations (Gramsci 1995: 156–7, Q10II§44).”* Entretanto, isso não significa a falta de importância do âmbito nacional no desenvolvimento das relações, ao contrário há uma intermediação dialética que parte do hegemônico. Gramsci colocando a questão nacional como ponto de partida nodal (Jessop, 2006) possibilita analisar o concreto desenvolvimento das relações sociais de produção e de relacionamento entre política e economia. Esses elementos são inseridos na luta pela hegemonia dentro do Estado, sob uma perspectiva internacional.

Gramsci ao conceber conceitos que servem para discernir os aspectos do caráter hegemônico internacional dos aspectos do carácter nacional, acaba por criar, quase que por indução, a noção de uma mudança adversa ao carácter local. A distinção entre processos nacionais e internacionais de hegemonia leva a possibilidade de alteração na estrutura nacional *condicionada* pelas relações de

produção internacional, ao que Gramsci denominará de *revolução passiva*. Esse conceito se refere a uma situação em que as modificações na estrutura econômica do país são realizadas em uma situação de dominação sem o líder (*ditadura sem hegemonia*, como denomina Gramsci). Isso pode vir a ocorrer porque o ímpeto do progresso não é ligado a um vasto desenvolvimento econômico local, mas em oposição a um reflexo do desenvolvimento internacional que transmite sua ideologia corrente para a periferia – corrente nascida do desenvolvimento produtivo dos países mais avançados (Gramsci, 1971).

*Just as, in a certain sense, in a given state history is the history of the ruling classes, so, on a world scale, history is the history of the hegemonic states. The history of the subaltern states is explained by the history of the hegemonic states (Gramsci 1995: 222–3, Q15§5)."*

A revolução passiva pode ser entendida, portanto, como uma teoria da sobrevivência e reorganização da identidade do Estado através da qual as relações sociais são reproduzidas em novas formas consonantes com as relações de propriedade capitalista internacionais. Obviamente essa mudança a reboque não ocorre de forma direta, mas através de um processo dialético em que a origem das mudanças nas relações políticas econômicas não é oriunda de processos internos, mas sim das mudanças advindas da estrutura internacional. A revolução passiva não significa que o caráter local não terá participação na reformulação da relação entre Estado e Mercado, ao contrário, será exatamente o aspecto nacional que intermediará a *forma* de ocorrência da mudança vinda da hegemonia externa<sup>18</sup>.

Alterações na relação de produção internacional colocarão novos conflitos aos Estados Nacionais, que através dos seus conflitos de classe internos irão interagir com a nova relação interestatal. Tendo sempre como ponto de partida a estrutura hegemônica nacional, essa nova remodelação dada pela *revolução passiva* será correlacionada com as antigas estruturas das relações de produção internas. Portanto, o termo revolução passiva é um conceito junção que revela continuidades e mudanças dentro da ordem do capital. Desta maneira a revolução passiva indica a existência de mudanças profundas nas relações de produção, mas que por não se originarem de modo autônomo dentro do Estado ficam suscetíveis aos antigos padrões internos. Ou seja, a estrutura hegemônica nacional já estabelecida se tornará a 'representante' dessas novas modificações nas relações sociais de produção.

---

<sup>18</sup> A importância dessa mediação dialética da esfera nacional se torna fundamental para entender grande parte dos equívocos (ou exageros) cometidos pelos teóricos *dependentistas* ao tratar da transferência do excedente externo. Enquanto muitos economistas partem do nacionalismo metodológico, as *teorias dependentistas* com uma visão 'ortodoxa' do imperialismo entendem a esfera externa como um 'braço' mecânico de retirada do excedente para impedir o desenvolvimento dos países subdesenvolvidos. Dessa forma essas teorias não conseguem capturar a complexidade das relações que ocorrerão internamente e serão responsáveis, em última instância, pela *forma* que *aparecerá* os padrões políticos econômicos de desenvolvimento.

Logo o caráter passivo da revolução está na questão da intervenção do Estado (integral) no processo, ou seja, na inclusão (e exclusão) de novos grupos sociais dentro da hegemonia do poder sem provocar qualquer expansão do controle político pelas massas produtoras. O que desencadeia um processo de mudanças sem atender aos interesses mais profundos das classes subordinadas.

Essa breve exposição do conceito de revolução passiva exposto por Gramsci possibilita analisar simultaneamente a importância do sistema interestatal e das relações das classes sociais na constituição e reprodução do capitalismo. Desta forma a teoria da revolução passiva fornece um método de análise que combina a estrutura geopolítica com as relações de produção capitalista, as quais irão *condicionar* os processos de formação do Estado. A análise materialista histórica permite, portanto, incorporar as questões geopolíticas nas trajetórias de desenvolvimento econômico dos Estados, já que o sistema interestatal está internamente relacionado às relações capitalistas de produção. Este método possibilita, inclusive, uma apreciação da espacialidade nodal do capitalismo ou de como diferentes escalas entre localidades relacionam-se de forma diferenciada ao longo do tempo sob condições de desenvolvimento desigual (Agnew, 2003).

A esfera internacional pode ser compreendida de forma semelhante à esfera nacional, com seus mecanismos de competição que levam a criação de hierarquias e processos discriminantes de apropriação. Essa questão fica muito clara quando Gramsci analisa a formação do Estado Italiano, salientado na questão da desigualdade Norte-Sul, tanto do ponto de vista externo quanto interno. Assim a dinâmica das relações sociais de produção ao se revolucionarem através de suas estruturas hegemônicas criam desenvolvimentos desiguais, tanto mundialmente quanto dentro dos Estados Nações.

A estrutura das relações entre os Estados, assim como entre os grupos internos, passam a ter papel decisivo na trajetória de desenvolvimento. Países ou grupos distintos ao realizarem políticas semelhantes para alcançarem o desenvolvimento possuem níveis de sucesso diferentes, que não necessariamente se devem a sua ‘capacidade’, mas a própria *forma* de inserção desse Estado ou grupo dentro da estrutura da relação de produção. Portanto, “*na esfera internacional, a competição, a luta para adquirir propriedade privada, cria as mesmas hierarquias e o mesmo sistema de escravidão que são vistos na esfera nacional*” (Gramsci, 1977, p. 69). Dessa forma determinada trajetória de desenvolvimento não deve ser vista como uma reação individualizada ou uma estratégia linear de um grupo, mas um processo repleto de contradições internas que acaba por consolidar um determinado padrão.

A incorporação de todas as esferas de relações sociais (políticas, culturais, econômicas) para o estudo do desenvolvimento é um objeto extremamente complexo, que possui o perigo de se perder na abstração de conceitos que buscam a análise generalista de uma concepção teórica purista. Por isso a análise histórica tendo como perspectiva a abordagem construída de forma dialética se torna

fundamental para poder mensurar as relações entre os fatores externos e internos de uma trajetória de desenvolvimento. É somente pelo entendimento da especificidade do movimento nessas sociedades como uma unidade dialética de ambos, e como uma síntese dos fatores ‘internos e externos’, que se pode explicar a particularidade dos processos sociais, políticos e econômicos.

A importância da construção histórica não está em mostrar as mudanças materiais da sociedade como a base das transformações nos países em desenvolvimento, muito menos almejar uma explicação mecânica entre a evolução material do capitalismo e seu reflexo nessas economias. A importância de uma análise histórica está na dedicação de se evitar perder a especificidade de cada processo de transformação no sistema capitalista interestatal devido as condições impostas pelas transformações materiais. Ao contrário das construções explicativas abstratas e vagas para mostrar como as mudanças no mercado provocam novos fenômenos, que perdendo a sutil relação existente nos processos reais, a construção histórica permite mostrar como por meio da história de determinado país, diferentes setores das classes locais se aliam e/ou se confrontam com interesses estrangeiros, organizando diferentes *formações estatais*, que sustentam ideologias distintas e tentativas diversas para implementar determinadas políticas ou estratégias para lidar com os desafios vindos das mudanças dos Estados hegemônicos no capitalismo.

O estudo orgânico das sociedades não hegemônicas como uma unidade dialética de fatores internos e externos implica que os efeitos condicionantes de cada um desses elementos no movimento dessas sociedades só podem ser estudados de forma separada com o objetivo de se entender de que forma ocorrem as relações entre essas esferas, para a partir dessas relações, analisar as possíveis implicações. O estudo individualizado de cada parte do todo só deve ser realizado tendo como intenção entender as suas relações com o todo e como daí surgem a imposição de suas condições, não analisando as partes separadas para induzir implicações separadamente de cada fator. De forma análoga, o fato da dinâmica interna das sociedades não hegemônicas ser um aspecto particular da dinâmica geral do sistema capitalista não implica que sejam produzidos efeitos concretos dessa forma geral na particular, mas sim que a particularidade contenha expressões concretas desse efeito geral. O sistema externo irá reaparecer como um fenômeno interno através das atitudes dos grupos e classes sociais locais, que irão possuir seus mesmos interesses e valores. Entretanto, esse fenômeno de incorporação interna dos fenômenos externos não se dá de forma automática ou linear (nem necessariamente hegemônica localmente), pois também haverá outros grupos e forças internas que se oporão a esses interesses e valores. É, portanto, do desenvolvimento concreto das contradições entre esses grupos opostos que serão geradas as especificidades dinâmicas das sociedades.

O esforço de análise das *formas* concretas de determinado padrão de desenvolvimento deve ser orientado no sentido da elaboração de conceitos capazes de explicarem como as tendências

gerais na expansão capitalista são transformadas em relações específicas entre homens, classes e Estados, assim como essas relações específicas por sua vez reagem sobre as tendências gerais do sistema capitalista. A partir da compreensão dessas relações específicas pode-se entender como os próprios processos internos e externos se refletem um no outro, ambos com suas compatibilidades e contradições, que por essas especificidades dinâmicas geram padrões concretos (*blocos históricos*).

Todavia, a escolha por essa abordagem da análise histórica não significa de maneira alguma uma expectativa de alcançar uma explicação que seja capaz de explicar todos os processos. A não obtenção de uma análise capaz de explicar todos os fenômenos não se deve necessariamente à uma aplicação errônea do método. Não há como objetivo nessa análise histórica obter uma explicação detalhada do que ocorreu ou de como se formou um determinado processo, muito menos prognosticar a exata trajetória dos eventos futuros, pois isso não passaria de uma ilusão tendo em vista todas as singularidades, incertezas, contradições e porque não surpresas da história. A história continuará a nos surpreender, independentemente do método aplicado para analisá-la, com as suas imprevistas manifestações. Em decorrência da sua própria forma de manifestação, a história jamais poderá ser determinada, podendo apenas, na melhor das hipóteses, ser compreendida.

### ***Bibliografia***

- AGNEW, J. (2001). "Reinventing Geopolitics : Geographies of Modern Statehood." Heidelberg :University of Heidelberg.
- AGNEW, J. (2003). "Geopolitics: Re-Visioning World Politics". 2nd ed. London: Routledge.
- BIANCHI, A. (2006) "Revolução Passiva: o pretérito do futuro". Revista Critica Marxista, n. 26, p. 34-57, Campinas: Editora Revan, 2006.
- CHAUÍ, M. (2007) "A história no pensamento de Marx", In: A teoria marxista hoje. Problemas e perspectivas, 2007, São Paulo: CLASCO.
- EHRENBERG, J. (1999) "Civil Society, The Critical History of an Ideia", New York University Press
- ELIAS, N. (1993) "O processo civilizador"; Rio de Janeiro: Jorge Zahar ed., 1993, 2v.
- GRAMSCI, A. (1971) "Selections from the Prison Notebooks", ed. and trans. Q. Hoare and G. Nowell-Smith. London: Lawrence & Wishart. Civilização Brasileira.
- GRAMSCI, A. (1977) "Selections from Political Writings, 1910-1920, ed. Hoare Q, trans. Matthews J. London: Lawrence and Wishart.
- GRAMSCI, A. (1995) "Futher Selections from the Prison Notebooks", ed. and trans. Boothman D. London: Lawrence and Wishart.
- FIORI, J. L. (2004a) "Formação, Expansão e Limites do Poder Global". In: O poder americano. Petrópolis, Vozes, 2004.
- FIORI, J. L. (2004b) "O Poder Global dos Estados Unidos: formação, expansão e limites". In: O poder americano. Petrópolis, Vozes, 2004.
- FIORI, J. L. (2007) "Prefácio", in: "O poder global e a nova geopolítica das nações", Editora Boitempo, São Paulo.
- GANEM, A. (2000) "Adam Smith e a explicação do mercado como ordem social: uma abordagem histórico-filosófica ". Revista de Economia Contemporânea, v. 4, n. 2, jul./dez. 2000.
- KUZNETS, S. (1989) "Driving Forces of Economic Growth: what can we learn from history?" in S. Kuznets, Economic Development, the family, income distribution, Cambridge University Press



- LUXEMBURGO R. (1925). “Introdução à Economia Política”. São Paulo: Martins Fontes, 1977.
- MARX, K. (1859). “A Contribution to the Critique of Political Economy”, in K. Marx and F. Engels, Collected Works, vol. 29. London: Lawrence & Wishart, (1987).
- MARX, K. (1867). “O Capital” (Livro 1). Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989, 12.ed.
- MEDEIROS, C. (1997) “Globalização e Inserção Diferenciada na Ásia e na América Latina” em José Luís Fiori e M. Conceição Tavares, Poder e Dinheiro, Vozes;
- MEDEIROS, C. (2001) “Rivalidade Estatal, Instituições e Desenvolvimento Econômico, em Fiori, J.L., Medeiros, C.A, Polarização Mundial e Crescimento, Rio de Janeiro, Vozes 2001.
- MEDEIROS, C. (2008 a) “Financial Dependency and External Cycles in Latin América” JPKE.
- MEDEIROS, C. (2008 b) “Desenvolvimento Econômico e ascensão nacional: rupturas e transições na China e na Rússia” em J. L. Fiori, Carlos Medeiros e Franklin Serrano, O Mito do Colapso do Poder Americano, Record;
- MEDEIROS, C. (2009 ) “Os Dilemas da Integração Sul Americana” Cadernos CICF;
- MEDEIROS, C. (2010) “Auge e Declínio dos Estados Desenvolvimentistas. Novos Desafios” Parcerias Estratégicas, Vol 15, N 30
- MEDEIROS, C. A.; SERRANO, F. (1999) “Padrões Monetários Internacionais e Crescimento”, in FIORI, J.L. (org.) Estados e Moedas no Desenvolvimento das Nações, Rio de Janeiro, Vozes;
- MEDEIROS, C.; SERRANO, F (2004) O Desenvolvimento Econômico e a Retomada da Abordagem Clássica do Excedente, Revista de Economia Política vol 24, nº 2, Março, São Paulo;
- MORTON, A. D. (2007). “Unravelling Gramsci: Hegemony and Passive Revolution in the Global Political” Economy. London: Pluto;
- MORTON, A. D. (2010). “The Geopolitics of Passive Revolution”. In: Alexander Anievas, ed., Marxism and World Politics: Contesting Global Capitalism London: Routledge. 221-36
- OCAMPO, J. A, PARRA, M. A. (2007) “Explaining the Dual Divergence: The Role of External Shocks and Specialization Patterns” in J. A. Ocampo, Jomo, K. S. e ROB Vos, Growth Divergences Zed Books;
- PALMA, G. (2007) “Four Sources of De-Industrialization and a New Concept of the Dutch Disease” in Jose Antonio Ocampo, Beyond Reforms, Structural Dynamics and Macroeconomic Vulnerability, Stanford University Press;
- PALMA, G. (2009). “*The revenge of the market on the rentiers. Why neo-liberal reports of the end of history turned out to be premature*” Cambridge Journal of Economics, 2009, 33.
- PALMA, G. (1978) “*Dependency: A formal Theory of Underdevelopment or a Methodology for the Analysis of Concrete Situations of Underdevelopment?*”, World Development, 6.
- WALLERSTEIN, I. (1974) The modern world system (Nova York: Academic Press).
- WALLERSTEIN, I. (2004) World-Systems analysis (Londres: Duke University Press).